



# VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
DA CONQUISTA - BAHIA

## Monitor Escolar

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024**

CÓD: SL-090MR-24  
7908433251415

## Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto .....	9
2. Tipologia e gêneros textuais .....	12
3. Figuras de linguagem .....	19
4. Significação de palavras e expressões. Relações de sinonímia e de antonímia .....	21
5. Ortografia.....	22
6. Acentuação gráfica.....	23
7. Uso da crase.....	24
8. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto.....	25
9. Locuções verbais (perífrases verbais) .....	36
10. Funções do “que” e do “se” .....	36
11. Elementos de comunicação .....	38
12. Funções da linguagem .....	39
13. Domínio dos mecanismos de coesão textual: emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual; domínio dos mecanismos de coerência textual .....	40
14. Emprego de tempos e modos verbais .....	41
15. Reescrita de frases e parágrafos do texto: significação das palavras .....	41
16. Substituição de palavras ou de trechos de texto; reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade .....	42
17. Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas na oração e entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação).....	43
18. Concordância verbal e nominal .....	45
19. Regência verbal e nominal.....	47
20. Colocação pronominal .....	49
21. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto.....	50
22. Função textual dos vocábulos.....	52
23. Variação linguística .....	53
24. Redação Oficial (manual de redação da presidência da república de 2018).....	54

## Raciocínio Lógico

1. Resolução de problemas envolvendo frações, conjuntos, porcentagens, sequências (com números, com figuras, de palavras) .....	73
2. Raciocínio lógico-matemático: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos .....	82

## Noções de Informática

1. Conceitos e fundamentos básicos .....	95
2. Conhecimento e utilização dos principais softwares utilitários (compactadores de arquivos, chat, clientes de e-mails, reprodutores de vídeo, visualizadores de imagem, antivírus).....	98
3. Conceitos básicos de Hardware (Placa-mãe, memórias, processadores (CPU); Periféricos de computadores .....	99

## ÍNDICE

4. Ambientes operacionais: utilização básica dos sistemas operacionais Windows 10 e Windows 11 .....	102
5. Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote Microsoft Office (Word, Excel e PowerPoint) - versões 2013, e 2016 e 365 .....	123
6. Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote LibreOffice (Writer, Calc e Impress) - versões 6 e 7... ..	168
7. Conceitos de tecnologias relacionadas à Internet, busca e pesquisa na Web .....	184
8. Navegadores de internet: Microsoft Edge, Mozilla Firefox, Google Chrome, Ferramentas do Google.....	187
9. Conceitos básicos de segurança na Internet e vírus de computadores .....	190

## Conhecimentos Gerais e Atualidades

1. Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Município de Vitória da Conquista - BA .....	197
2. Acontecimentos históricos e evolução do município de Vitória da Conquista - BA, sua subdivisão e/ou fronteiras.....	201

## Noções de Administração Pública e Legislação Municipal

1. Desafios e perspectivas da Administração Pública Contemporânea .....	209
2. Gestão por competências na Administração Pública .....	210
3. Características, princípios e organização da Administração Pública .....	211
4. Modelos teóricos de Administração Pública.....	219
5. Evolução da Administração Pública no Brasil.....	221
6. Controle da Administração Pública .....	226
7. Lei Orgânica de Vitória da Conquista .....	232
8. Lei Complementar Nº 1.786, de 16 de dezembro de 2011 - Dispõe Sobre O Regime Jurídico Único Dos Servidores Públicos Do Município De Vitória Da Conquista.....	257
9. Lei nº 1.760, de 27 de junho de 2011 - Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Município de Vitória da Conquista, e dá outras providências .....	278
10. LGPD .....	282
11. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências .....	295

## Conhecimentos Específicos Monitor Escolar

1. Educação e Sociedade.....	307
2. Políticas de atendimento às crianças e adolescentes em condições de risco: prostituição, abuso sexual, abrigados, exploração do trabalho.....	307
3. Prática sócio educativa.....	308
4. Tecnologias assistivas.....	308
5. Tecnologias inclusivas .....	310
6. Redes de comunicação e processos de intervenção social .....	310
7. Pedagogia do Diálogo .....	311
8. Interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.....	311

## ÍNDICE

9. Redes de comunicação e processos de intervenção social .....	311
10. LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742 de 07/12/1993 e suas alterações).....	311
11. PNAS/2004 – Política Nacional de Assistência Social e suas alterações.....	321
12. NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social .....	347
13. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.....	361
14. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA .....	384
15. Conhecimento sobre desenvolvimento humano: Compreender as diferentes fases do desenvolvimento humano e as necessidades específicas de cada faixa etária .....	421
16. Noções de psicologia e comportamento humano .....	437
17. Declaração Universal dos Direitos Humanos .....	447
18. Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF) .....	450
19. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) .....	451
20. Disciplina e Limites .....	468
21. Cidadania .....	469
22. Relacionamento Pais e Escola .....	471
23. Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais.....	471
24. Práticas promotoras de igualdade racial.....	484
25. História e Cultura Afro-brasileira e Africana .....	499
26. Princípios de aprendizagem.....	504
27. Desenvolvimento infantil .....	506
28. Organização do trabalho pedagógico na educação infantil .....	506
29. O lúdico como instrumento de aprendizagem; O jogo e o brincar .....	510
30. Sexualidade.....	516
31. O conceito de família para a PNAS.....	527

De acordo com Celso Antunes, pode-se afirmar que a ludicidade do jogo proporciona momentos mágicos e únicos na vida de um indivíduo, pois no mesmo instante que diverte, ensina e desenvolve o raciocínio e a criatividade além de obter responsabilidade diante da situação colocada a ele.

Diante de tudo que fora mencionado, pode-se dizer sem sombra de dúvida que o lúdico é importante sim para uma melhoria na educação e no andamento das aulas, provocando uma aprendizagem significativa que ocorre gradativamente e inconscientemente de forma natural, tornando-se um grande aliado aos professores na caminhada para bons resultados.

E que é dever do professor mudar os padrões de conduta em relação aos alunos, deixando de lado os métodos e técnicas tradicionais acreditando que o lúdico é eficaz como estratégia do desenvolvimento na sala de aula.

Espera-se que esta proposta de abordagem vá de encontro com o que foi proposto realizar, e essencialmente, que seja de suporte para professores que já atuam no ambiente escolar, e aos futuros professores a tornar suas aulas mais dinâmicas fazendo com que a sala de aula se transforme num lugar prazeroso, construindo a integração entre todos que a frequentam.

#### **Sobre as atividades lúdicas e sua função no desenvolvimento interno de cada um**

Há três possibilidades de usos das atividades lúdicas na vida do ser humano, a partir de três abordagens diferentes: psicanalítica, piagetiana e biossistêmica. Poderiam ser outras - tais como as de Wallon, de Vygotsky e outros -, porém escolhi estas três, que a meu ver, são suficientes para dar corpo à compreensão que estamos estabelecendo de ludicidade<sup>42</sup>.

A compreensão sobre as atividades lúdicas, especialmente sobre a sua constituição sócio-histórica e sobre os seus papéis na vida humana, tem origem em várias áreas do conhecimento. Assim, existe uma história do brinquedo, uma sociologia do brinquedo, um estudo folclórico do brinquedo, um estudo psicológico do brinquedo. Desses estudos, retiramos algumas conclusões que nos ajudaram e nos ajudarão a compreender o papel e uso das atividades lúdicas na vida humana, que estamos em busca de compreender como, possivelmente, pode dar-se e operar internamente no sujeito a vivência das experiências lúdicas.

#### ***As heranças freudianas***

Freud compreendeu que o brinquedo é o caminho real para o inconsciente da criança, assim como o sonho é o caminho real para o inconsciente do adulto. Ou seja, a experiência do brincar tem seu lado interno; que se expressa no externo. A meta de Freud, como sabemos, foi desvendar e compreender as operações do inconsciente através de suas manifestações externas.

A partir daí o próprio Freud e seus discípulos próximos e distantes, tais como Ana Freud (filha de Freud), Melanie Klein, Bruno Bettelheim, D.W. Winnicott, Arminda Aberastury, André Lapierre e tantos outros produziram diversas compreensões psicanalíticas e possibilidades de usos das atividades lúdicas.

A Psicanálise, em sua atuação terapêutica, aposta na restauração do passado e na construção do presente e do futuro. Freud afirma que temos em nós duas forças fundamentais: as **forças regressivas**, que nos têm fixados no passado e as forças

<sup>42</sup> Adaptado de: Luckesi, Cipriano Carlos. *Ludicidade e atividades lúdicas uma abordagem a partir da experiência interna*.

progressivas, que nos mantém voltados para o futuro. As forças regressivas são aquelas que tem como seu epicentro as nossas fixações neuróticas ou traumáticas do passado, que nos impedem ou dificultam o nosso viver fluído no presente, assim como nossas aberturas para o futuro. Elas se manifestam por nossas respostas emocionais automáticas do dia a dia, que nos dificultam o estar bem conosco mesmos (intrapessoalmente) e em nossos relacionamentos (interpessoalmente). As forças progressivas, por outro lado são aquelas que nos chamam para o futuro, para as nossas possibilidades de organização pessoal e de ser.

No caso, nos interessa imediatamente, a questão dos brinquedos, como caminho real para o inconsciente da criança. Nesse contexto, a prática das atividades lúdicas pelas crianças, de um lado, revela como elas estão, a partir de suas histórias pessoais, assim como revela o que sentem sobre o seu presente cotidiano, seus medos, seus não-entendimentos do que está ocorrendo, o que está incomodando; porém, de outro lado, essa prática revela, também, a construção do futuro. Muitas atividades lúdicas das crianças são de imitação do adulto, outras não imitam, mas constroem modos de ser. Meio pelo qual as crianças estão, por uma parte, tentando compreender o que os adultos fazem, e, de outra, experimentar as possibilidades de sua própria vida, o que quer dizer que, através das atividades lúdicas, estão construindo e fortalecendo o seu modo de ser, a sua identidade.

Neste contexto, por exemplo, ao brincar de “pai e mãe”, as crianças, colocando-se nesses papéis, estão tentando saber o que é isso de “ser pai e mãe”; ou, ainda outro exemplo, uma criança que passou por uma experiência de hospitalização, possivelmente, por um certo período, após sair do hospital, ela praticará brinquedos e brincadeiras que tenham como conteúdo algum flash de sua experiência passada recente. Possivelmente, brincará de médico, de enfermeira, de hospital, de ambulância e tantas outras coisas, que poderão estar auxiliando a sua compreensão do que ocorreu com ela. O mesmo ocorrerá com seus desenhos, com suas falas, com as histórias que inventa. Contudo, se, por outra via, for anunciada a uma criança que, em breve, ela será hospitalizada para uma intervenção qualquer, é bastante provável que ela inicie a usar brinquedos e brincadeiras relativos à saúde e àquilo que vai ocorrer em sua vida (que são os procedimentos de hospitalização), na tentativa de compreender o que foi anunciado a ela. Todavia, essas manifestações do inconsciente nas atividades lúdicas poderão também estar, e certamente estarão vinculadas a experiências mais antigas, em termos de história de vida progressiva.

David Grove, um pesquisador norte-americano que criou uma técnica específica para trabalhar com traumas através das metáforas, diz que estas (as metáforas) são as expressões visíveis e observáveis dos traumas que estão fixados em nosso inconsciente; como, por exemplo, “eu tenho um nó na garganta”, “carrego o mundo nas costas”, ou coisas semelhantes. Eu acredito que as atividades lúdicas infantis são as metáforas, que expressam a sua intimidade; elas falam de sua realidade interior através de um caminho metafórico.

Se prestarmos atenção em nossos filhos e filhas, ou nossos netos e netas, ou nossos alunos na escola, ou crianças em geral, observaremos que seus atos, sempre, estarão comunicando alguma coisa. Para entender essa comunicação, importa estar atento para o que elas querem dizer. David Boadella diz que “como ponto de partida, é necessário reconhecer que é impossível um indivíduo não se comunicar”. Por vezes, será bastante fácil descobrir o significado dessa comunicação, por outras vezes, será exigido mais atenção e

bom momento para transmitir informações e valores (confiança, respeito, amor, honestidade, responsabilidade), as crianças estão prestando atenção.

É nesse período que se fortalece a identidade de gênero e prepara a criança para o próximo período, a puberdade.

*O que são jogos sexuais?*

Definição: são brincadeiras que ajudam a satisfazer a curiosidade sexual.

Alguns tipos:

- Cúcegas;
- Pegar nos próprios genitais e nos dos / das coleguinhas;
- Brincadeiras de médico;
- Brincadeiras de papai e mamãe.

**Atenção:** *essas brincadeiras devem ser feitas com crianças da mesma idade. E de acordo com Suplicy "os professores constataram que em geral os jogos sexuais são realizados na hora do recreio. As crianças escolhem um lugar protegido, fora da vista do adulto; não tiram a roupa e brincam de médico e de papai-e-mamãe. Se esses jogos forem observados, mas não atrapalharem nenhuma atividade, não precisam ser interrompidos, pois fazem parte do desenvolvimento sexual da criança. O professor só deve estar atento para que não haja coação nessas brincadeiras".*

#### **Sexualidade e Escola: Um espaço de Intervenção<sup>46</sup>**

Desde a antiguidade a sexualidade vem gerando polêmicas, mexendo com a sensação e fantasia das pessoas, associada a coisas feias, inconvenientes e impróprias. Apesar da revolução sexual, da globalização e dos meios de comunicação terem contribuído para uma modificação nas atitudes morais e nas questões ligadas ao sexo e sexualidade, esse assunto ainda assim continua sendo um tabu.

O estudo da sexualidade envolve o crescimento global do indivíduo, tanto intelectual, físico, afetivo-emocional e sexual propriamente dito. A maioria dos pais acham constrangedor conversar sobre sexo com seus filhos, ora pela educação recebida de seus pais, ora pela repressão ou por não saberem como abordar o tema. Assim, os filhos na maioria das vezes, ficam sem respostas para suas dúvidas, gerando conflitos ou acidentes inesperados por terem informações errôneas ao consultar variadas fontes impróprias.

A maior parte dos adolescentes passam seu tempo na escola onde começam a se sociabilizar, aflorando sua sexualidade devido ao desenvolvimento corporal gerado pelos hormônios. A escola é o ambiente onde a interação com o mundo ao redor e com as pessoas que o cercam acontece. Depois do ambiente familiar é a escola que complementa a educação dada pela família onde são abordados temas mais complexos que no dia-a-dia não são ensinados e aprendidos, tendo esta uma imensa responsabilidade na formação afetiva e emocional de seus alunos. E quanto ao assunto sexo e sexualidade? Qual o papel da escola frente a esse tema? A escola não deve nem vai tomar o lugar da família, mas cabe a ela possibilitar uma aprendizagem correta, já que essa instituição visa o crescimento do indivíduo como um todo.

A educação sexual acontece no seio familiar. É uma experiência pessoal contida de valores e condutas transmitidos pelos pais e por pessoas que o cercam desde bebê. Já a Orientação Sexual é

<sup>46</sup> BERALDO, F. N. de M. *Sexualidade e escola: um espaço de intervenção. Psicol. Esc. Educ. (Impr.) vol.7 no.1 Campinas, 2003.*

dada pela escola onde são feitas discussões e reflexões a respeito do tema de uma maneira formal e sistematizada que constitui em uma proposta objetiva de intervenção por parte dos educadores.

O que nos cabe é refletir acerca da importância da Orientação Sexual na Escola para a construção da cidadania, de uma sociedade livre de falso moralismo e mais feliz. O trabalho de Orientação Sexual tem como objetivo principal as mudanças nos padrões de comportamento, levando-se em conta três aspectos fundamentais: a transmissão de informações de maneira verdadeira; a eliminação do preconceito e a atuação na área afetivo-emocional. Para se fazer um bom trabalho de Orientação Sexual dentro da escola é importante dar atenção a alguns passos:

- a)** apresentar um projeto para a instituição com o objetivo do trabalho;
- b)** fazer uma reunião com os pais e professores para esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir ao longo do trabalho e explicar o papel de ambos junto à escola neste projeto;
- c)** observar a demanda da escola para que se atinja a expectativa desta;
- d)** a partir das séries estabelecidas para o trabalho entrar em contato com elas para explicar como este será administrado;
- e)** colher, por meio de "bilhetinhos sigilosos," dúvidas e curiosidades de cada aluno garantindo-lhes total sigilo;
- f)** após levantar as dúvidas e curiosidades fazer uma estruturação do programa a ser cumprido em diferentes séries (conteúdo, horário, encontros, local), para uma maior eficácia;
- g)** estabelecer um contrato (regras sugeridas pelo grupo);
- h)** garantir a ética do trabalho tanto para os alunos como para os professores;
- i)** garantir a liberdade de opinião e o respeito do grupo pelas dúvidas de seus colegas, sem monopólio da verdade de ambas as partes.

O primeiro conteúdo indispensável neste trabalho é a diferenciação de **sexo e sexualidade** e também de **Educação Sexual e Orientação Sexual**, que são muito confundidos na maioria das vezes. O educador de Orientação Sexual deve ser uma pessoa aberta, livre de mitos e preconceitos referentes à sexualidade para melhor ministrar a turma sem causar problemas com a instituição, pais, alunos e professores, podendo abordar os assuntos através de aulas expositivas, dinâmica de grupo, folhetos explicativos, filmes e outros materiais referentes ao tema. O trabalho não envolve nota ou reprovação.

Para finalizar seguem dois lembretes essenciais: é necessário ressaltar a importância dos pais nesse processo para que estes não se acomodem, julgando a escola responsável pelo processo da educação sexual de seus filhos; não cabe ao professor de Orientação Sexual virar conselheiro ou confidente dos alunos. Deve, se necessário, encaminhar para um profissional especializado.

#### **Os Jovens e a Sexualidade<sup>47</sup>**

Para realizar uma prática adequada de Orientação Sexual com jovens, é necessário que o profissional conheça o público beneficiário de sua ação, ou seja, de quem e com quem falamos na condição de educadores.

<sup>47</sup> BRANCO, M. A. O.; PINTO, M. J. C.; VIANNA, A. M. S. A. *Orientação Sexual com Jovens: Construindo um Exercício Responsável da Sexualidade. Simpósio Internacional de Educação Sexual da UEM, 2009.*

cada indivíduo, sendo que o processo educacional acontece através da relação deste indivíduo com seu meio social. Então, as “atitudes e comportamentos ligados à manifestação da sexualidade” são construídos por cada pessoa em contato com a sociedade, ou seja, amigos, grupos religiosos e/ou de convivência, meios de comunicação e, principalmente, a família. Portanto, a sociedade pratica ações educativas em sexualidade em relação aos indivíduos que a constituem. Porém, em grande parte das vezes, estas ações se tornam “deseducativas”, na medida em que reproduzem e perpetuam tabus, desinformações e atitudes repressivas em relação à sexualidade humana.

Para Ribeiro, a Orientação Sexual pressupõe uma intervenção institucionalizada, sistematizada e realizada por profissionais especialmente preparados para exercer esta função. Diferencia-se, portanto, da Educação Sexual, que acontece durante toda a vida das pessoas, e que diz respeito ao processo educacional referente às atitudes em relação à sexualidade. Desta forma, podemos pensar a Orientação Sexual enquanto prática interventiva na vida das pessoas, prática que intervém na Educação Sexual que todas elas receberam em contato com a sociedade em que vivem.

Citando Suplicy et. al. *“Orientação Sexual é um processo de intervenção sistemática na área de sexualidade, realizado principalmente nas escolas e envolve o desenvolvimento sexual compreendido como: saúde reprodutiva, relações interpessoais, afetividade, imagem corporal, autoestima e relações de gênero. Enfoca as dimensões fisiológicas, sociológicas, psicológicas e espirituais da sexualidade, através do desenvolvimento das áreas cognitiva, afetiva e comportamental, incluindo as habilidades para a comunicação e a tomada responsável de decisões”*.

Percebemos a concordância de Suplicy et. al. com Ribeiro em afirmar que a **Orientação Sexual é uma prática interventiva sistemática na área da sexualidade**. Suplicy et. al., na definição citada, enfatiza que a Orientação Sexual deve ser pensada e executada a partir da consideração do orientando enquanto ser integral, ou seja, devem ser consideradas suas dimensões fisiológicas, sociológicas, psicológicas e espirituais no exercício de sua sexualidade. Além disso, a Orientação Sexual deve contemplar diversos aspectos do desenvolvimento sexual dos indivíduos, ou seja, saúde reprodutiva, relações interpessoais, afetividade, imagem corporal, autoestima e relações de gênero. Compreende-se o ser humano enquanto ser sexuado inserido num meio social, que continuamente se relaciona com outros seres humanos. Desta forma, amplia-se o enfoque da Orientação Sexual no Brasil que, no início e meados do século XX priorizava a dimensão biológica da sexualidade. No final do século XX e nos dias atuais, deve-se compreender a sexualidade enquanto manifestação humana, com desdobramentos além da mera reprodução e da possibilidade de contágio de doenças sexualmente transmissíveis. Tais aspectos não devem ser descartados, mas deve-se somar a eles outros aspectos como o prazer, as relações afetivas e os papéis sexuais na (re)definição de gênero.

Neste contexto, Santos e Bruns apontam que um dos objetivos da Orientação Sexual é levar o indivíduo a valorizar o prazer, o respeito mútuo, possibilitando-lhe uma vivência mais íntegra e feliz.

### **Breve histórico da Orientação Sexual no Brasil**

No Brasil, a sexualidade tem sido um aspecto polêmico do cotidiano das pessoas, desde a época da Colônia do século XVI.

O homem brasileiro branco, nos primeiros anos da colonização, mantinha relações sexuais com várias índias, tendo com elas muitos filhos, caracterizando um comportamento sexual bastante promíscuo.

Com o advento da escravidão, os jovens homens filhos dos senhores de engenho eram incentivados a se relacionar sexualmente com as escravas negras, para provar que eram “machos”. As mulheres brancas eram dominadas e submetidas às regras de seus pais, inicialmente, e de seus maridos, após o casamento. Em geral, casavam ainda adolescentes com homens bem mais velhos que elas. Era-lhes exigido um comportamento acanhado e humilde frente à sociedade.

Tal cenário brasileiro se mantém praticamente o mesmo durante os séculos XVII, XVIII e XIX. Neste período da História do Brasil não há registros conhecidos de Orientação Sexual enquanto intervenção sistematizada.

A preocupação com a Orientação Sexual no Brasil, enquanto tema científico e pedagógico, data do início do século XX. Neste momento da história brasileira registra-se a organização dos primeiros espaços urbanos, que originaram as cidades brasileiras. Nestes locais a comunidade científica brasileira se organizava sofrendo forte influência europeia.

Barroso e Bruschini afirmam que, no início do século XX, esta influência europeia manifesta-se no Brasil através de algumas correntes médicas e higienistas de sucesso na Europa. Tais correntes pregavam a necessidade de uma Educação Sexual eficaz no combate à masturbação e às doenças venéreas (termo utilizado na época para referir-se às infecções sexualmente transmissíveis - IST's) e que preparasse a mulher para desempenhar adequadamente seu “nobre papel de esposa e de mãe”. Notamos que, logo no início de suas atividades no Brasil, a Orientação Sexual carrega uma característica de incitação do medo aos jovens (combate à masturbação e às doenças sexualmente transmissíveis - IST's), além de ser impregnada pela chamada ideologia de gênero machista (preparar a mulher para desempenhar adequadamente seu papel de esposa e mãe).

Neste momento, emerge a produção de teses, livros e manuais que tratam da Orientação Sexual, todos baseados no modelo médico higienista vigente. Referenciando este período, Chauí cita uma obra datada de 1938, de autoria de Oswaldo Brandão da Silva, intitulada Iniciação Sexual-Educacional. Este livro, segundo consta, tinha um conteúdo destinado somente aos “meninos de valor”. Segundo esta autora, o autor da obra não explica o significado do termo “valor”, mas fica claro que as meninas estavam proibidas de ler tal obra, pois deveriam manter-se inocentes e ser iniciadas na vida sexual apenas por seus maridos. Interessante ressaltar que, do grupo de meninas excluídas do acesso ao conteúdo da obra, não fazem parte as prostitutas. Estas eram consideradas uma tentação para os meninos enquanto aquelas eram chamadas de meninas de “boa família”.

Entre as décadas de 1920 e 1940, mesma época em que foi publicado o manual citado por Chauí, foram publicados vários outros livros de orientação sexual cientificamente fundamentados, escritos por médicos, professores e até sacerdotes. Assim foi criada a sexologia enquanto campo oficial do saber médico.



que, em todas as suas manifestações, incluindo as homofóbicas, conduz e justifica a aversão, o domínio ou a eliminação dos “estranhos”, que ameaçam e incomodam o exercício arbitrário do poder.

#### **Diversidade e Educação: Apontamentos Sobre Sexualidade e Gênero na Escola**

Desde as décadas de 1960 e 1970, expressivas mudanças socioculturais e históricas ocorreram, no que se refere às perspectivas das relações de gênero e sexualidade. Essas mudanças se acentuaram de modo significativo, a partir, não apenas da atuação de movimentos sociais, mas também da emergência da discussão da AIDS nos anos 80.

Novas maneiras de entender e discutir as questões foram sendo consideradas, com desdobramentos na esfera social e política (por meio de Organizações Não Governamentais/ONGs, de movimentos sociais e de políticas públicas) e, na esfera acadêmica, com a efetivação de estudos em vários campos de conhecimento, que têm direcionado seu foco para a sexualidade e as relações de gênero, como fenômenos a serem conhecidos de modo mais fundamentado, expandindo sua discussão para outros aspectos, como os das identidades e seus fundamentos históricos e culturais.

Sexo e sexualidade são frequentemente tomados como sinônimos; todavia, sexo admite uma compreensão referida ao aspecto natural, biológico, da distinção física entre o homem e a mulher. No senso comum, o sentido de sexo remete ao ato sexual. Já a sexualidade refere-se à esfera mais ampla, dos sentimentos, das interações entre as pessoas.

Recorda-se e reafirma-se, portanto, que a sexualidade, como construção social, tem absorvido, historicamente, em seus significados, elementos das relações de gênero, frequentemente submetidas a prescrições de como homens e mulheres devem vivenciá-las. Contudo, apesar da sexualidade estar imbricada, implícita ou explicitamente às relações de gênero, essas não são consideradas sinônimas<sup>49</sup>. A vivência da sexualidade não é determinada por normas padronizadas às quais homens e mulheres devem se adaptar. Esse é um dos princípios que motivam e sustentam significados, mas amplos da sexualidade e promovem a sua problematização, que incorpora aportes como os que são revistos nas relações de gênero.

#### ***Problematização das Relações de Gênero: Revisão de Dados Históricos e Conceituais***

O entendimento das relações de gênero implica a noção de que, no decorrer da vida, por intermédio das mais díspares instituições e práticas sociais, os sujeitos se constituem como homens e mulheres, em uma ação que não é unidimensional, coerente ou congruente e que também sempre estará inacabada ou incompleta.

Sendo assim, partindo desse pressuposto de incompletude, encontra-se fundamento para realçar a noção de gênero na educação, já que essa disposição teórica expande socialmente a própria ideia de educação, podendo-se entender que educar envolve um conjunto de forças de processos, em cuja dinâmica os sujeitos aprendem a se aceitar como homens e mulheres, na esfera das sociedades e dos grupos que estão inseridos. Essa é mais uma premissa que contribui para a desconstrução de estereótipos que limitam e reduzem a compreensão social, culturalmente contextualizada, de gênero.

<sup>49</sup> LOURO, G.L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1998.

#### ***Identidades Sexuais: Revisão de Perspectivas de Desconstrução de Estereótipos***

É oportuno indagar se é plausível que a manifestação aparente de identidades sexuais não normativas na escola colabore para desajustar dispositivo de rejeição ou, ao contrário, para realçá-lo, uma vez que a construção da heterossexualidade e da homossexualidade tem configurado por meio de oposição recíproca. No mesmo sentido, é apropriado indagar sobre o alcance político de transformação para uma escolarização radicalmente não heterossexista e excludente, com base na visibilidade dessas identidades.

Dessa forma, enfatiza-se a relevância da efetivação de pesquisas sobre a presença de sexualidades não normativas no espaço escolar como forma de ampliar vetores de análises dos processos educacionais possivelmente geradores de antagonismos e exclusão que se contrapõem a políticas que realçam o princípio da autonomia na educação inclusiva e, nela, o respeito ao significado plural da diversidade, sem imposição de uma única identidade central, padrão.

Contudo, o que se espera da escola, no interesse de ensinar e aprender, mais amplamente, sobre sexualidade, encontra barreiras em processos de atitudes homofóbicas que ainda permanecem contaminando o seu ambiente.

#### ***Ninguém Pode Calar a Homossexualidades e Homofobia na Escola***

Recorda-se que, desde os anos 90, a preocupação com a prevenção da AIDS e da gravidez na adolescência inseriu-se nas escolas de modo mais evidente e sistematizado. A ideia era a de que várias disciplinas agregassem o assunto de modo conectado com outros temas. No entanto, o tratamento alicerçado em uma ótica biologicizante do sexo prosseguiu, sendo o debate sobre a diversidade de orientação sexual ainda incipiente ou, na melhor das hipóteses, relegado a segundo plano.

Espera-se que a instituição escolar, como espaço de formação, local onde se formam cidadãos e se estudam e consolidam direitos, reconheça o problema da discriminação gerada pela homofobia em suas salas de aula e perceba a necessidade de enfrentá-lo, no interesse de que sejam superadas a intolerância e a violência, que se multiplicam em sofrimento, silêncio, invisibilidade, medo e morte física e existencial.

#### **Para Saber Mais...**

A seguir alguns termos relevantes a serem considerados sobre a diversidade de gênero:

**Assimetrias de Gênero:** desigualdades de oportunidades, condições e direitos entre homens e mulheres, gerando hierarquias. Por exemplo: no mercado de trabalho.

**Binarismo:** forma de pensamento que separa e opõe masculino e feminino, apoiando-se numa concepção naturalizante dos corpos biológicos.

**Bissexual:** pessoa que tem desejos, práticas sexuais e relacionamento afetivo-sexual com pessoas de ambos os sexos;



todos os parentes consanguíneos. Num sentido mais estrito, constitui a família o conjunto de pessoas compreendido pelos pais e sua prole.

Já Maria Helena Diniz discorre sobre família no sentido amplo como todos os indivíduos que estiverem ligados pelo vínculo da consanguinidade ou da afinidade, chegando a incluir estranhos. No sentido restrito é o conjunto de pessoas unidas pelos laços do matrimônio e da filiação, ou seja, unicamente os cônjuges e a prole.

Cezar Fiúza, considera família de modo lato sensu, como sendo “uma reunião de pessoas descendentes de um tronco ancestral comum, incluídas aí também as pessoas ligadas pelo casamento ou pela união estável, juntamente com seus parentes sucessíveis, ainda que não descendentes”, como também define em modo stricto sensu dizendo que: “família é uma reunião de pai, mãe e filhos, ou apenas um dos pais com seus filhos”.

Segundo Paulo Nader, Família consiste em “uma instituição social, composta por mais de uma pessoa física, que se irmanam no propósito de desenvolver, entre si, a solidariedade nos planos assistencial e da convivência ou simplesmente descendem uma da outra ou de um tronco comum”.

Sintetizando a conceituação desse instituto, Silvio Venosa, assevera que a Família em um conceito amplo, “é o conjunto de pessoas unidas por vínculo jurídico de natureza familiar”, em conceito restrito, “compreende somente o núcleo formado por pais e filhos que vivem sob o pátrio poder”.

Washington de Barros Monteiro ainda menciona que, enquanto a família num sentido restrito, abrange tão somente o casal e a prole, num sentido mais largo, cinge a todas as pessoas ligadas pelo vínculo da consanguinidade, cujo alcance é mais dilatado, ou mais circunscrito.

Finalizando Carlos Roberto Gonçalves traz família de uma forma abrangente como “todas as pessoas ligadas por vínculo de sangue e que procedem, portanto, de um tronco ancestral comum, bem como unidas pela afinidade e pela adoção”. E também de uma forma mais específica como, “parentes consanguíneos em linha reta e aos colaterais até o quarto grau”.

Dessa forma, a partir do conceito, pode-se perceber que *família é, unidade básica da sociedade formada por indivíduos com ancestrais em comum ou ligados por laços afetivos. Podendo também ser considerada como, um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza a interação dos membros da mesma, considerando-a, igualmente, como um sistema, que opera através de padrões transacionais.*

### Os Tipos de Família

Por muito tempo, a organização familiar fora comandada pelo modelo patriarcal, ou seja, modelo que surgiu do vínculo sanguíneo, biológico e instintivo da mãe para com o filho. Nesse modelo a mãe, a figura da mulher no lar, destacava por sua autoridade. Após a fase utilização de tal modelo, criou-se um novo sistema de costumes, ou seja, o das famílias patriarcais, tendo como característica principal a inquestionável e arbitrária autoridade do pai. O homem destacou nas atividades do campo, da batalha e da caça, e tornou figura principal.

A família num sentido sociológico recoloca-se em estágios de comprovação fática prevalecendo na ocorrência de indução de fenômenos sociais e políticos de aceitação.

Para Mac Lennan, Morgan, Spencer, Engels, D’aguano, Westermarck, Gabriel Tarde, Bachofen, em embasamentos de monumentos históricos estabelece observância aos “primitivos atuais”, ou seja, as tribos indígenas, para a reconstituição das origens.

Em um período evolutivo como um todo, a mulher este reservada a um lar, fato este, que a família ocidental viveu longo período sob forma “patriarcal”.

Como ressalta Caio Mário em que atualmente Cícero alude à figura valetudinária o tônus emocional com plena autoridade de um patriarcal não se condicionando a idade avançada e a quase cegueira.

Em Roma, a família era organizada em função do princípio da autoridade abrangendo a eles subordinados. O pater era ao mesmo tempo chefe político, sacerdote e juiz, comandava como um todo, impondo-lhes pena corporal. A mulher vivia subordinada a esta autoridade, em nenhum momento adquirindo autonomia, se passando a função de filho e de esposa sem direitos próprios. Só a esta autoridade pater que lhe adquiria bens, domínio sobre o patrimônio familiar.

Com o passar do tempo houve alterações a este rigor conhecendo-se o casamento, a instigação ao patrimônio independente para os filhos em relação aos militares contraídos como soldado.

Daí podemos falar em poder familiar, como já falamos que no poder familiar não é mais absoluto no sentido do poder que conferia aos pais sobre domínio dos filhos, mas sim focado no poder afetivo, cabendo aos pais a corresponsabilidade e parceria nos direitos e deveres dos filhos e a missão de equilibrá-los.

Neste contexto, diante da promulgação da nossa Carta Magna, foram devolvidos parâmetros ao reconhecimento da família como base da sociedade fundando princípios, efeitos e as obrigações, incumbindo a responsabilidade de proteção da família ao Estado.

Portanto o artigo 226 da Carta Magna identifica formas de entidades familiares diversificadas como a união estável, sendo reconhecida a união entre homem e mulher com características de duradoura, ininterrupta e com objetivo de constituir família, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento, a família monoparental, como comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes e o casamento, a união mais comum, feita em contrato solene.

Segundo Dimitre Soares “as relações de família são, portanto, amplamente afetadas pelas transformações da globalização, que abre espaço para as manifestações plurais de comportamento”. Ainda fala da necessidade do ordenamento jurídico se adequar a interpretação das relações de família, visando a desordem nos “parâmetros tradicionais de organização familiar”.

Com relação as modificações do conceito de família e das diversas formas de constituição de família com o passar dos anos, Soares ainda fala que:

“O mundo contemporâneo requer a adequação do fenômeno de internacionalização de Direitos Humanos às normas de direito interno. Assim, novos temas como a igualdade de gênero, a democratização de uniões livres, a reconstrução do parâmetro parental, a socioafetividade, a inseminação artificial ou as uniões homoafetivas incrementam o debate que descamba, necessariamente, na concepção tradicional dos modelos familiares, passando a ser necessário que se repense os critérios de igualdade e de cidadania aplicáveis a estes e inúmeros outros casos.”

A partir daí, pode-se concluir que existem novas espécies de família como substituta, alternativa, moderna, extensa e ampliada, sócioafetiva entre outras.

**Função Social da Família, da Escola e Interdependência dos Sistemas Família e Escola<sup>51</sup>**

Educação e escola têm uma relação estreita, apesar de esta não configurar uma relação de dependência, pois há uma distinção entre a educação escolar e a educação que ocorre fora da escola. De acordo com Guzzo, o sentido etimológico da palavra educar significa promover, assegurar o desenvolvimento de capacidades físicas, intelectuais e morais, sendo que, de forma geral, tal tarefa tem sido de responsabilidade dos pais.

De acordo com Bock, Furtado e Teixeira, o grupo familiar tem uma função social determinada a partir das necessidades sociais, sendo que entre suas funções está, principalmente, o dever de garantir o provimento das crianças para que possam exercer futuramente atividades produtivas, bem como o dever de educá-las para que “tenham uma moral e valores compatíveis com a cultura em que vivem”. Nesse mesmo sentido, Oliveira resume a função da família dizendo que “a educação moral, ou seja, a transmissão de costumes e valores de determinada época torna-se, nesta perspectiva, seu principal objetivo”

A responsabilidade familiar junto às crianças em termos de modelo que a criança terá e do desempenho de seus papéis sociais é tradicionalmente chamada de educação primária, uma vez que tem como tarefa principal orientar o desenvolvimento e aquisição de comportamentos considerados adequados, em termos dos padrões sociais vigentes em determinada cultura.

A escola é a instituição que tem como função a socialização do saber sistematizado, ou seja, do conhecimento elaborado e da cultura erudita. De acordo com Saviani, a escola se relaciona com a ciência e não com o senso comum, e existe para proporcionar a aquisição de instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência) e aos rudimentos (bases) desse saber. A contribuição da escola para o desenvolvimento do sujeito é específica à aquisição do saber culturalmente organizado e às áreas distintas de conhecimento. No que diz respeito à família, “um dos seus papéis principais é a socialização da criança, isto é, sua inclusão no mundo cultural mediante o ensino da língua materna, dos símbolos e regras de convivência em grupo, englobando a educação geral e parte da formal, em colaboração com a escola”.

Escola e família têm suas especificidades e suas complementariedades. Embora não se possa supô-las como instituições completamente independentes, não se pode perder de vista suas fronteiras institucionais, ou seja, o domínio do objeto que as sustenta como instituições.

Esses dois sistemas têm objetivos distintos, mas que se interpenetram, uma vez que “compartilham a tarefa de preparar as crianças e os jovens para a inserção crítica, participativa e produtiva na sociedade”. A divergência entre escola e família está na tarefa de ensinar, sendo que a primeira tem a função de favorecer a aprendizagem dos conhecimentos construídos socialmente em determinado momento histórico, de ampliar as possibilidades de convivência social e, ainda, de legitimar uma ordem social, enquanto a segunda tem a tarefa de promover a socialização das crianças, incluindo o aprendizado de padrões comportamentais, atitudes e valores aceitos pela sociedade.

Desta forma entende-se que, apesar de escola e família serem agências socializadoras distintas, as mesmas apresentam aspectos comuns e divergentes: compartilham a tarefa de preparar os sujeitos para a vida socioeconômica e cultural, mas divergem nos objetivos que têm nas tarefas de ensinar.

**Relação família-escola**

Tendo como pano de fundo a divisão de responsabilidades no que concerne à educação e socialização de crianças e jovens e a relação que se estabelece entre as instituições familiares e escolares, pesquisas e levantamentos acerca desta relação passam a ser objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, como a psicologia, a sociologia, a educação, entre outras.

Considerando as várias perspectivas e abordagens relativas ao tema, os trabalhos e pesquisas sobre a temática da relação família-escola podem ser organizados em dois grandes grupos, denominados enfoque sociológico e enfoque psicológico.

No enfoque sociológico a relação família-escola é vista em função de determinantes ambientais e culturais. A relação entre educação e classe social mostra um certo conflito entre as finalidades socializadoras da escola (valores coletivos) e a educação doméstica (valores individuais), ou seja, entre a organização da família e os objetivos da escola. As famílias que não se enquadram no suposto modelo desejado pela escola são consideradas as grandes responsáveis pelas disparidades escolares. Seguindo este enfoque, faz-se necessário, para o bom funcionamento da escola, que as famílias adotem as mesmas estratégias de socialização por elas utilizadas.

Assim, a representação de modelo familiar certo/correto ganha projeção e se naturaliza, tendo a própria escola como disseminadora da ideia de que algumas famílias operam de modo diverso do seu objetivo. Em função dessa divergência, as estratégias de socialização das famílias passam a ser a preocupação da escola, de forma que esta amplia seus âmbitos de ação, tentando assumir ou tentando substituir a família em sua ampla missão socializadora. Para Oliveira, há uma intenção que passa muitas vezes despercebida nessa tentativa de aproximação e colaboração, que é a de promover uma educação para as famílias tidas como “desestruturadas”. O ambiente escolar exerce um poder de orientação sobre os pais para que estes possam educar melhor os filhos e estes, por sua vez, possam frequentar a escola.

Enquanto no enfoque sociológico a família é responsabilizada pela formação social e moral do indivíduo, no enfoque psicológico ela é responsabilizada pela formação psicológica. A ideia de que a família é a referência de vida da criança - o *locus* afetivo e condição *sine qua non* de seu desenvolvimento posterior - será utilizada para manter certa ligação entre o rendimento escolar do aluno e sua dinâmica familiar, colocando, mais uma vez, a família no lugar de desqualificada.

Nesse enfoque, as razões de ordem emocional e afetiva ganham um colorido permanente quanto ao entendimento da relação família-escola e da ocorrência do fracasso escolar. Ganha status natural a crença de que uma “boa” dinâmica familiar é responsável pelo “bom” desempenho do aluno. As descrições centradas no plano afetivo ganham a atenção dos professores que, com algum conhecimento de psicologia, levam esse discurso para dentro da sala de aula e passam, em um processo naturalizado por todos, a avaliar e analisar o comportamento dos alunos.

Posto desta forma, nota-se que o enfoque sociológico aborda os determinantes ambientais e culturais presentes na relação família-escola, destacando que cabe à escola cumprir as exigências

51 Oliveira, C. B. E. de; Marinho-Araújo, C. M. A relação família-escola: interseções e desafios. *Estud. Psicol.: Campinas* vol. 2010.

